

I Seminário de Estudos Associativos

Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Nova de Lisboa

Maio 1982

O Papel do Ensino na Sociedade - Teses

Pedro Ferraz de Abreu¹

1. O ensino numa sociedade humana é a forma mais elaborada de transmissão de conhecimentos e experiência (informação), que existe presentemente na Natureza - no Universo que conhecemos.

Com efeito, transmitir informação é um acto tão velho como o Universo; e desde as primeiras interações entre formas de energia, não tem cessado de evoluir. Com o aparecimento da vida, deu-se um salto qualitativo: a capacidade de transmitir experiência acumulada lentamente, na adaptação ao meio, através do código genético. A evolução dos seres vivos conduziu a outra forma paralela (e distinta) de transmissão de experiência: o ensino pelo exemplo e pela prática social, apoiado nos instintos (p.ex.: as associações de leões para ensinar os seus filhos a caçar).

Com o aparecimento do homem, e sobretudo com a invenção da linguagem escrita, deu-se um novo salto qualitativo, e a possibilidade de um ensino sistemático, apoiado no saber acumulado por inúmeras gerações - e não apenas das gerações contemporâneas.

2. Partir desta forma de encarar o ensino, ou seja, do seu enquadramento natural, é muito importante, pois permite uma abordagem consequente do problema central: o objectivo do ensino na sociedade humana -- e, através deste, de questões não menos essenciais: os critérios para a triagem da informação (ou seja, para determinar a quem se vai ensinar, em que termos e até que ponto).

¹ Estudante de Engenharia Informática na FCT-UNL; Engenheiro Técnico de Electrónica e Telecomunicações, ISEL, 1980; Operário químico semi-especializado, Soda Póvoa, 1976-78; Operário metalúrgico, Nervion, 1975; frequência da Licenciatura em Química da FC-UL, interrompida por expulsão pelo regime fascista, 1972; membro da Direcção da Associação de Estudantes da FC-UL (AEFCL) na clandestinidade, 1972-73; membro da Direcção da AEFCL, 1969-1972; Fundador e Presidente do Movimento Associativo dos Estudantes do Ensino Secundário de Lisboa (MAESL), 1967-68, Presidente da Comissão Pró-Associação dos Estudantes do Ensino Secundário de Lisboa (CPAEEL), 1966.

Com efeito, sendo (pelo menos até hoje) a hereditariedade genética nos seres humanos essencialmente um processo natural, e não o produto de uma vontade consciente (têm sido baldados todos os esforços de teólogos-cientistas, como por ex. Teilhard Chardin, para demonstrar este processo como uma expressão da existência de Deus), os "critérios" que vigoram nele são impessoais: predomina a transmissão de genes que traduzam uma maior aptidão à sobrevivência, numa dada conjuntura -- e que não serão necessariamente os melhores, numa escala mais vasta de tempo. Não fazendo muito sentido falar aqui de objectivo, pode-se contudo constatar que há uma resultante, orientada no sentido do reforço das espécies mais aptas a se adaptarem ao meio e, na espécie humana, de características que favoreçam essa adaptabilidade.

Na aprendizagem entre os animais, em que intervem pois um certo grau de consciência, a orientação é concordante: procura da sobrevivência da espécie ... e do individuo.

Sendo o ser humano um animal, a intenção básica do ensino será naturalmente semelhante; mas a capacidade de raciocínio e a consciência da sua consciência, introduz um factor totalmente novo.

3. O ser humano faz parte da natureza, como tudo o resto. Se a ciência se habituou a encontrar, a pouco e pouco a razão de ser e o papel desta ou daquela característica nova numa nova espécie de animais, e mesmo a sua função num equilibrio ecológico, não há razão nenhuma para que não se ponha a mesma questão com o aparecimento da capacidade de pensar da própria espécie humana.

O homem terá que encontrar o seu próprio papel; sendo uma tarefa de gerações, deverá constituir um aspecto essencial do objectivo do ensino. De resto, dispondo de vontade própria consciente, a humanidade participa no traçado do seu destino; pelo que o termo mais correcto será reencontrar constantemente, e não apenas encontrar, a sua finalidade.

4. Podemos assim enumerar dois aspectos no objectivo que o Ensino deveria ter:

um, digamos que básico, ou espontâneo, associado á necessidade de assegurar a transmissão de conhecimentos, não apenas para a sobrevivência da espécie e do individuo, mas ainda para melhorar constantemente a sua qualidade de vida;

outro, digamos que complementar, ou elaborado, associado á necessidade de conhecer e de se conhecer, característica do ser humano, individualmente, e da sua espécie, colectivamente.

5. O conceito de ensino está irreversivelmente ligado ao tipo de sociedade que se pretende construir.

Obviamente que quem lutar por manter uma sociedade que se baseia na exploração do homem pelo homem, nunca aceitará um ensino tal como foi apresentado; pois que uma sociedade só subsiste nessas condições, á custa de manter uma desigualdade forçada, quer na distribuição da qualidade de vida (e por vezes mesmo das possibilidades de sobrevivência !), quer na distribuição dos conhecimentos.

6. O que se ensina, tem a ver com a sociedade que se pretende.

Como o processo de conhecimento não é uma simples acumulação sucessiva de conhecimentos anteriores, sucedendo com frequência que o moderno se constroi a partir da derrocada do antigo, é natural que tenha de existir uma actualização permanente do que se ensina.

Por outro lado, a massa da informação é tão vasta, que nos perderíamos numa montanha de conhecimentos sem importância, sem uma selecção rigorosa do que é importante.

Ora nos critérios para uma coisa e outra, começa o problema. A Ciência não é neutra: pelo seu conteúdo, pelas suas aplicações, pelas suas conexões entre vários ramos.

Governos reaccionários temem a livre investigação científica; esta pode pôr em causa o seu poder ideológico, politico ou económico. Veja-se o caso de Galileu; mas veja-se ainda os múltiplos casos actuais, com a investigação dependente dos interesses das grandes empresas (p.ex.: o motor a água-alcool); veja-se ainda o caso de Lysenko. O unico critério justo é o da liberdade: de pesquisar, de defender ou criticar teorias.

7. Como se ensina, tem a ver com a sociedade que se pretende.

Um tipo de ensino que privilegie a super-especialização; a memorização das matérias; criação de hábitos automáticos; competição individualista; excessiva teorização e fraca ligação á realidade; completa separação entre o estudo e a produção; separação entre o estudo e a vida no local de origem do estudante – é um ensino feito para perpetuar e reproduzir uma sociedade tecnocrata, dividida em classes, separando o trabalho manual do trabalho intelectual (e explorando desenfreadamente o trabalhador manual), impedindo uma realização individual plena em qualquer profissão, agravando assimetrias já existentes entre cidade / campo, e centro / periferia.

Pelo contrario, o ensino deveria dar uma formação universal (não dividida em compartimentos estanques); estimular o desenvolvimento das capacidades naturais (inteligência e raciocínio, vontade própria, critica e autocritica, criatividade e iniciativa, individualidade e senso social, etc.), assim como das suas vocações particulares; estar ligado á produção, integrando desde logo o estudante na sociedade real, em vez de o meter numa rodoma artificial durante mais de uma dezena de anos.

8. A quem se ensina, tem a ver com a sociedade que se pretende:

Se antigamente (e não é preciso recuar muito no tempo), era tido como natural que só uma elite tivesse acesso ao ensino – a que correspondiam sociedades assentes na escravatura ou na servidão –, hoje em dia é usual proclamar o direito de todos como igual. Porém, é facil de constatar a hipocrisia de tais proclamações; não só os filhos das classes mais desfavorecidas economicamente, na ausência de um pré-salário ou bolsa, se vêem constrangidos a abandonar, por sua iniciativa, os estudos, como inclusivamente existem medidas adoptadas claramente no sentido de provocar uma selecção “natural”: 12º ano artificial, separação entre ramo técnico e universitário, nºs clausus apertados, horários propositadamente “full-time”, ritmos acelerados, etc., etc. – para citar o nosso caso.

Pelo contrário, o ensino deverá ser não só gratuito como remunerado, na medida em que o estudante seja também um produtor; todos os restantes obstáculos deveriam ser eliminados, na medida do seu artificialismo; quanto aos nºs clausus, é uma mera questão de se investir na construção de escolas e na formação de professores, em vez de o fazer – p.exemplo – para alimentar o monstruoso aparelho de estado, cheio de parasitas e burocratas inuteis.

Contudo, não é por acaso que as coisas evoluíram assim; a opção contraria não se consegue desenvolver, consistentemente, no quadro da nossa actual sociedade ou, por outras palavras, do nosso presente modelo social.

9. A questão da Autonomia Universitária, é uma questão antiga, e pode-se dizer que nasceu quando se formaram Universidades.

A sua defesa acérrima esteve sempre associada a um particular espirito de “casta”, elitista, do corpo docente – e não só.

Com a crescente importância do ensino na sociedade moderna, todos os governos procuram, de uma forma ou doutra, tomar nas suas mãos todos os aspectos essenciais da

gestão das Universidades, havendo os que foram mais longe que outros, tentando reduzir estudantes e professores ao estado de massa amorfa e moldável a seu gosto.

Acresce que antes do 25 de Abril, uma corrente importante do movimento estudantil (até 65) batalhava enfaticamente em prol de uma autonomia universitária quase total, por motivos táticos: tornar a universidade autónoma, era subtraí-la à influência do governo fascista de então. Essa tática ganhou a simpatia de muitos professores progressistas, mas sobretudo lançou ilusões sobre os “fascistas descontentes” e o seu papel (como o p. Marcelo Caetano), assim como criou ideias confusas e erradas sobre a questão da autonomia, pois no essencial não se distinguiu das ideias elitistas que dominavam (e dominam ainda, se calhar) a maioria dos profs. catedráticos. Com a agravante de que o que estes pensavam consistir, em resumo, no seguinte: Autonomia, é a gestão da Universidade nas mãos dos catedráticos. É assim que, a partir de 1969, ganhou força uma nova corrente no movimento estudantil, defendendo uma “Universidade ao serviço do Povo”, ou “Universidade Popular”, recusando essa visão elitista de Autonomia.

10. Em contrapartida, pode-se analisar a questão da Autonomia Universitária do seguinte modo:

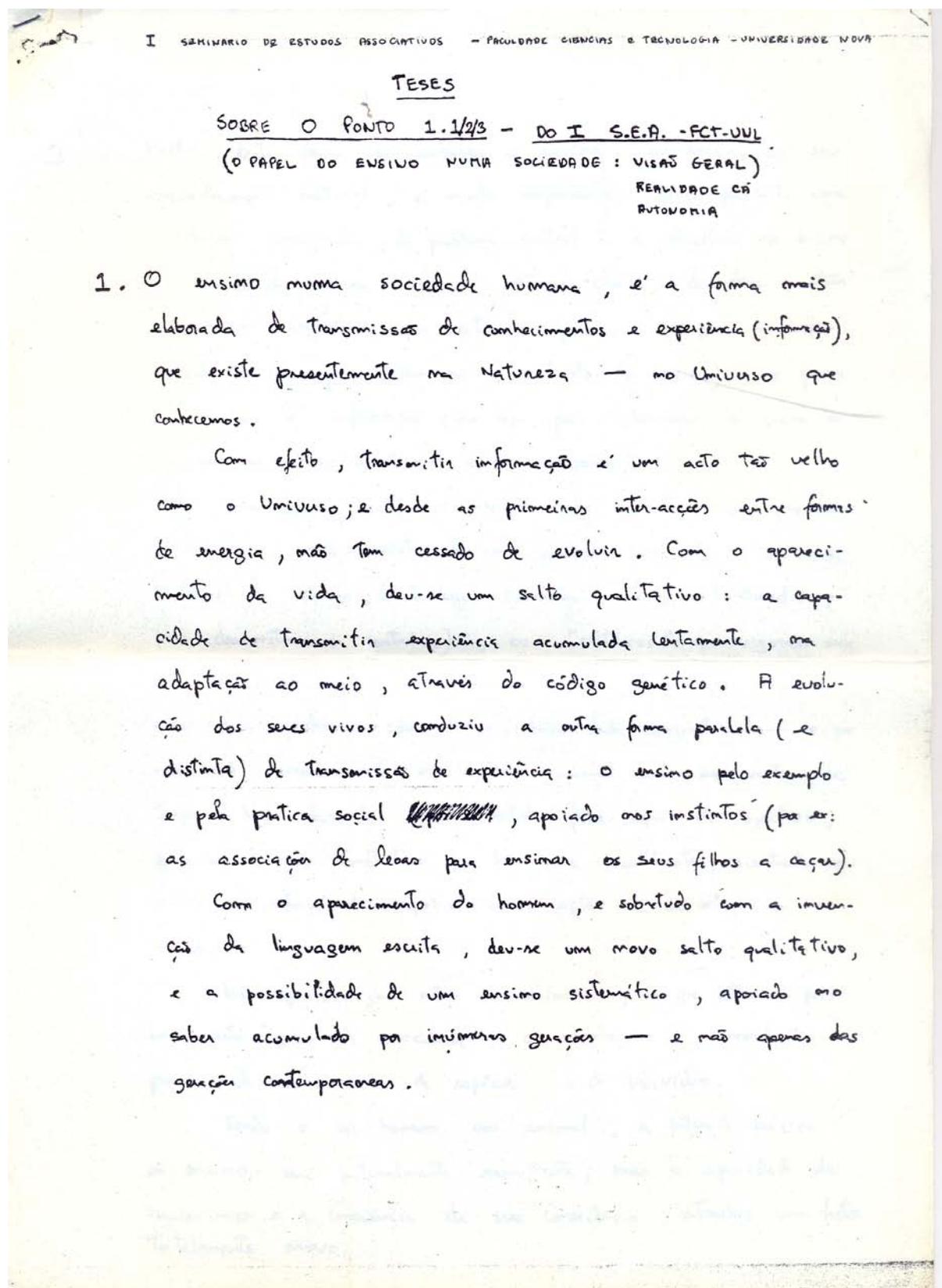
O ensino contém um aspecto social, e outro individual. É uma actividade social por excelência, por todos os motivos expostos; lógico é que a sociedade intervenha decisivamente na definição da sua orientação – tal como na sua manutenção económica. Mas a aprendizagem envolve professores e estudantes, que são indivíduos (e não uma entidade colectiva abstracta), e que são os que estão directamente relacionados com o que se passa na vida escolar; igualmente lógico se torna reconhecer-lhes o direito de intervir efectivamente na sua orientação – tal como, nesta concepção de ensino ligado à produção, de participar na sua manutenção económica.

A sociedade, ou seja, a população em geral, deve ter a última palavra quanto às grandes linhas gerais da política de ensino, traçadas em função das necessidades reais colectivas – e das possibilidades reais; os estudantes e professores, devem ter a última palavra no que respeita à gestão do dia a dia, às formas de se organizarem para o efeito – e, em qualquer caso, deverão sempre usufruir de uma liberdade real de acesso, estudo e discussão, a todas as correntes de pensamento e ciência.

Isto conduz-nos, necessariamente, ao seguinte: construir outro ensino, implica construir outra sociedade...

P.F.A.
3/5/82

ANEXO: - extracto do manuscrito de 1982



10. Em contrapartida, pode-se analisar a gestão da Autonomia Universitária do seguinte modo:

O ensino contém um aspecto social, e outro individual. É uma actividade social por excelência, por todos os motivos expostos; lógico é que a sociedade intervenha decisivamente na definição da sua orientação — tal como na sua manutenção económica. Mas a aprendizagem envolve professores e estudantes, que são indivíduos (e não uma entidade colectiva abstracta), e que são os que estão directamente relacionados com o que se passa na vida escolar; igualmente lógico se torna reconhecer-lhes o direito de intervir efectivamente na sua orientação — tal como, nesta concepção de ensino ligado à produção, de participar na sua manutenção económica.

A sociedade, ou seja, a população em geral, deve ter a última palavra quanto às grandes linhas gerais da política de ensino, traçadas em função das necessidades reais colectivas — e das possibilidades reais; Os estudantes e professores, devem ter a última palavra no que respeita à gestão do dia a dia, às formas de se organizarem para o efeito — e, em qualquer caso, deverão sempre usufruir de uma liberdade real de acesso, estudo e discussões, a todos os correntes de pensamento e ciência.

Isto conduz-nos, necessariamente, ao seguinte: Construir outro Ensino, implica construir outra sociedade...

P.F.A.

3/5/82